

villas-boas
acp

CORRETORES ASSOCIADOS
DE SEGUROS LDA.
EST.1944

VILLAS-BOAS – ACP
Corretores Associados de Seguros, SA

RELATÓRIO E CONTAS

31 de dezembro de 2021

AR
v. f

Conteúdo

A.	Demonstrações Financeiras Individuais	5
1.	BALANÇO	6
2.	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	7
3.	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	8
4.	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
1.	Anexo às Demonstrações Financeiras	10
1.	NOTA INTRODUTÓRIA	11
2.	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
2.1.	Base de Preparação	11
2.2	Derrogação das disposições do SNC.....	12
2.3	Comparabilidade das demonstrações financeiras	12
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	12
3.1	Bases de apresentação	12
3.2	Pressuposto da continuidade	13
3.3	Regime do acréscimo	13
3.4	Conversão cambial	13
3.5	Ativos Intangíveis (AI).....	13
3.6	Ativos Fixos Tangíveis (AFT).....	14
3.7	Participações Financeiras	14
3.8	Locações	16
3.9	Custos de empréstimos obtidos.....	16
3.10	Imparidade dos ativos	16
3.11	Rédito	17

Handwritten signature and initials in blue ink.

3.12	Provisões	18
3.13	Ativos e passivos contingentes.....	18
3.14	Imposto sobre o rendimento	18
3.15	Instrumentos financeiros	19
3.16	Julgamentos e estimativas	19
3.17	Acontecimentos subsequentes	20
4.	FLUXOS DE CAIXA.....	20
5.	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	20
6.	PARTES RELACIONADAS.....	21
6.1	Empresas subsidiárias	21
6.2	Entidades conjuntamente controladas	21
6.3	Transações e saldos com partes relacionadas	22
6.4	Remuneração dos membros dos órgãos sociais	23
7.	ATIVOS INTANGÍVEIS	23
8.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	24
9.	IMPARIDADE DE ATIVOS.....	25
10.	INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS.....	25
	Outros Investimentos financeiros	25
11.	RÉDITO.....	26
12.	SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO	26
13.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	27
14.	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (“IRC”).....	28
15.	ATIVOS AO JUSTO VALOR.....	29
16.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	29
	Categorias de instrumentos financeiros	29
	Clientes.....	30
	Fornecedores.....	30
	Outros créditos a receber / Outras dívidas a pagar	31

h *su* *f* *M* *J*

Instrumentos de Capital Próprio	31
17. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	32
18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	32
19. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES	33
19.1 Estado e Outros Entes Públicos	33
19.2 Diferimentos	33
19.3 Fornecimentos e Serviços Externos.....	33
19.4 Outros Rendimentos e Gastos.....	34
19.5 Depreciações e Amortizações	35
20. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS	35
20.1 Informação respeitante à atividade de distribuição de seguros ou de resseguros:	35

A. Demonstrações Financeiras Individuais

1. Balanço

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DEZEMBRO 2021

		Unidade: Euros	
	Notas	31 Dez 2021	31 Dez 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	112 362,72	101 348,24
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	10	9 563 443,32	8 964 171,06
Outros investimentos financeiros	10	355 818,82	101 098,29
		10 031 624,86	9 166 617,59
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	16/19.1	11 942,20	
Outros créditos a receber	16	1 857 548,47	1 397 707,77
Diferimentos	16/19.2	61 213,57	41 724,74
Outros ativos financeiros	4/15/16	526 283,80	418 219,29
Caixa e depósitos bancários	4/16	3 754 616,12	3 735 227,15
		6 211 604,16	5 592 878,95
Total do ativo		16 243 229,02	14 759 496,54
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	300 000,00	300 000,00
Reservas legais	16	60 000,00	60 000,00
Outras reservas	16	537 497,36	543 617,16
Resultados transitados	16	(88 423,62)	(56 468,02)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	10	7 085 619,33	6 268 954,91
Resultado líquido do período	16	1 723 352,00	1 656 514,51
Total do capital próprio		9 618 045,07	8 772 618,56
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	16	500 000,00	500 000,00
		500 000,00	500 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	16	402 330,24	747 754,18
Estado e outros entes públicos	16/19.1	37 217,00	72 597,50
Outras dívidas a pagar	16	5 685 636,71	4 666 526,30
		6 125 183,95	5 486 877,98
Total do passivo		6 625 183,95	5 986 877,98
Total do capital próprio e do passivo		16 243 229,02	14 759 496,54

O Contabilista Certificado

François Noqueira

A Administração

José Manuel de Almeida Fernandes
António

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

António
J. D.

2. Demonstração dos resultados por naturezas

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Unidade: Euros	
		31 Dez 2021	31 Dez 2020
Vendas e serviços prestados	11	9 500 375,83	9 342 125,53
Subsídios à exploração	12	16 474,48	1 136,87
Ganhos / perdas imputados de subsid., associadas e empreend.conjuntos	10	638 654,81	856 046,97
Fornecimentos e serviços externos	19.3	(6 761 944,92)	(6 814 730,53)
Gastos com o pessoal	17	(1 342 929,01)	(1 417 165,56)
Aumentos / reduções de justo valor	15	4 039,32	2 367,49
Outros rendimentos	19.4	37 468,11	123 704,19
Outros gastos	19.4	(167 080,81)	(158 069,13)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 925 057,81	1 935 415,83
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19.5	(46 025,05)	(33 214,21)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 879 032,76	1 902 201,62
Resultado antes de impostos		1 879 032,76	1 902 201,62
Imposto sobre o rendimento do período	14	(155 680,76)	(245 687,11)
Resultado líquido do período		1 723 352,00	1 656 514,51

O Contabilista Certificado

François Noqueira

A Administração

João Alberto
Am. p. h. p.
A. F. F. F.
António
António

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

3. Demonstração das alterações no capital próprio

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 Dez 2020

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE							Total
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2020	1	300 000,00	60 000,00	4 197,48	27 980,13	5 365 175,12	0,00	2 325 541,27	8 082 894,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações no capital próprio			0,00	539 419,68	-90 688,15	1 006 121,59	780 000,00	-2 325 541,27	-90 688,15
	2	0,00	0,00	539 419,68	-90 688,15	1 006 121,59	780 000,00	-2 325 541,27	-90 688,15
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							1 656 514,51	1 656 514,51
RESULTADO INTEGRAL	4+3							-669 026,76	1 565 826,36
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Distribuições							-780 000,00		-780 000,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	6 240,00	-102 341,80	0,00	0,00	-96 101,80
	5	0,00	0,00	0,00	6 240,00	-102 341,80	-780 000,00	0,00	-876 101,80
POSIÇÃO NO FIM DE 2020	6=1+2+3+5	300 000,00	60 000,00	543 617,16	-56 468,02	6 268 954,91	0,00	1 656 514,51	8 772 618,56

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 Dez 2021

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE							Total
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2021	1	300 000,00	60 000,00	543 617,16	-56 468,02	6 268 954,91	0,00	1 656 514,51	8 772 618,56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações no capital próprio		0,00	0,00	-6 119,80	-31 955,60	856 046,97	750 000,00	-1 656 514,51	-88 542,94
	2	0,00	0,00	-6 119,80	-31 955,60	856 046,97	750 000,00	-1 656 514,51	-88 542,94
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							1 723 352,00	1 723 352,00
RESULTADO INTEGRAL	4+3							66 837,49	1 634 809,06
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Distribuições							-750 000,00		-750 000,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	-39 382,55	0,00	0,00	-39 382,55
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	-39 382,55	-750 000,00	0,00	-789 382,55
POSIÇÃO NO FIM DE 2021	6=1+2+3+5	300 000,00	60 000,00	537 497,36	-88 423,62	7 085 619,33	0,00	1 723 352,00	9 618 045,07

O Contabilista Certificado

Françisco Noqueira

A Administração

João Manuel de Almeida
João Luís de
A. Ramos
António de
A.

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

4. Demonstração dos fluxos de caixa

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 Dez 2021

	Notas	Exercícios	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		9 383 888,46	9 342 125,53
Pagamentos a Fornecedores		(6 349 319,04)	(6 609 864,53)
Pagamentos ao Pessoal		(1 498 885,60)	(1 591 410,52)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		1 535 683,82	1 140 850,48
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(139 808,71)	(207 426,48)
Outros recebimentos/pagamentos		(228 570,73)	494 436,63
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>		1 167 304,38	1 427 860,63
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(54 515,58)	(54 900,00)
Investimentos financeiros		(250 000,00)	-
Outros ativos		(127 249,39)	(555 454,90)
		(431 764,97)	(610 354,90)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		5 975,64	-
Outros ativos		132 249,34	555 454,90
Juros e rendimentos similares		3 689,09	2 737,70
Dividendos		-	156 240,00
		141 914,07	714 432,60
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</i>		(289 850,90)	104 077,70
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(750 000,00)	(780 000,00)
		(750 000,00)	(780 000,00)
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</i>		(750 000,00)	(780 000,00)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		127 453,48	751 938,33
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 153 446,44	3 401 508,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4 280 899,92	4 153 446,44

O Contabilista Certificado

François Noqueira

A Administração

Yane Wilton
Amílcar
A. Ramos
António

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

1. Anexo às Demonstrações Financeiras



1. Nota Introdutória

A Villas-Boas – ACP, Corretores Associados de Seguros, SA (também referida neste documento como VB - ACP, Empresa ou Sociedade) foi constituída no dia 07 de Maio de 1946 e transformada em sociedade anónima em 19 de Julho de 2013, registada com o número único de matriculada e pessoa coletiva 500.477.540.

Tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, nº 90, 1269-026 Lisboa.

A VB - ACP tem como atividade principal a Mediação de Seguros.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais anexas, foram preparadas nos termos do Sistema de Normalização Contabilística - SNC, nomeadamente, conforme o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual e de relato financeiro e normas interpretativas, consignadas nos Aviso n.º 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de Julho de 2015.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações específicas, serão aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Assim, as demonstrações financeiras são apresentadas em euros, por esta ser a moeda principal das operações da entidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela VB - ACP, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 5.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os apresentados no exercício anterior, com excepção do referido no Ponto 5.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.



3.2 Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.3 Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos contabilisticamente em função de período em que ocorrem as transações que lhe estão subjacentes, independentemente do momento em que se efetuam as cobranças e os pagamentos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

3.4 Conversão cambial

As demonstrações financeiras da VB - ACP e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

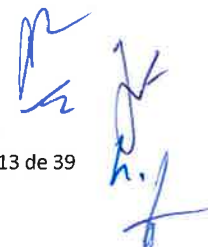
Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.5 Ativos Intangíveis (AI)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado de três anos. Não é considerada qualquer quantia residual.



Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.

3.6 Ativos Fixos Tangíveis (AFT)

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Ativos fixos tangíveis	Nº de anos
Equipamentos Básico	8 a 15
Equipamentos de Transporte	4 a 8
Equipamentos Administrativo	3 a 10
Outros AFT	Em função da vida útil estimada

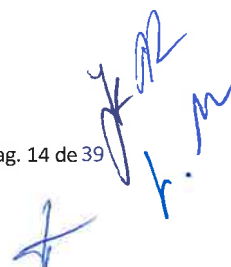
Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.7 Participações Financeiras

As participações financeiras em empresas associadas, nas quais a empresa tenha influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais, geralmente investimentos representando 20% ou mais do capital de uma empresa, encontram-se relevadas pelo MEP (Método de Equivalência patrimonial).



De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

A rubrica "participações financeiras – outros métodos" inclui os investimentos em empresas nas quais a empresa, não exerce controlo (o que ocorreria se a empresa controlasse direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) nem influência significativa (o que ocorreria se a empresa participasse nas decisões financeiras e operacionais da empresa o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma empresa).

As "participações financeiras – outros métodos", são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada, excetuando aquelas que se encontram cotadas em mercado regulamentado, as quais se encontram registadas ao justo valor.

Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respectivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em "Juros dividendos e outros rendimentos similares".

3.8 Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.9 Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo, regra geral.

No que toca aos encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis, que demorem mais que um período contabilístico a ficarem concluídos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

3.10 Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica

“Imparidade em investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade em dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciables.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.11 Rédito

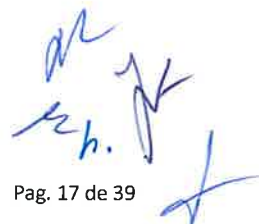
O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza do serviço e a especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Na atividade de mediação de seguros, os rendimentos baseiam-se em comissões sobre prémios de seguro, deduzidos de eventuais estornos.

Os réditos obtidos com as comissões são registados aquando da prestação de contas às Companhias de Seguros.



3.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.13 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.14 Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

A Empresa não tem atualmente impostos a diferir.

3.15 Instrumentos financeiros

Clientes

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

Empréstimos e contas a pagar não correntes

As entidades podem utilizar dois métodos para mensurar os empréstimos e as contas a pagar. Por um lado o método do custo, por outro, o método do custo amortizado. A Empresa utiliza o método do custo (os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal).

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial (método do custo).

3.16 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contábilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.17 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

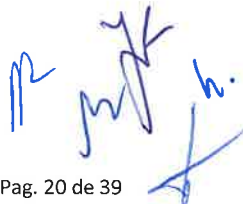
4. Fluxos de caixa

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

	2020	Débito	Crédito	2021
Numerário	3 143,91	-	-	3 143,91
Depositos à Ordem	3 481 743,49	90 656 231,12	90 631 885,87	3 506 088,74
Depositos a Prazo	250 339,75	686 293,50	691 249,78	245 383,47
Outros instrumentos financeiros	418 219,29	118 050,72	9 986,21	526 283,80
	<u>4 153 446,44</u>	<u>91 460 575,34</u>	<u>91 333 121,86</u>	<u>4 280 899,92</u>

5. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram alterações de políticas contábilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2020.



6. Partes relacionadas

A VB - ACP é detida em 67% pela Moragri, SGPS, SA e em 33% pelo ACP – Automóvel Club de Portugal, conforme quadro seguinte:

Detentores do Capital	Sede	Percentagem de participação		Nº de acções detidas	
		2021	2020	2021	2020
Moragri, SGPS, SA.	Lisboa	67,00%	67,00%	201 000,00	201 000,00
ACP - Automovel Club Portugal	Lisboa	33,00%	33,00%	99 000,00	99 000,00

6.1 Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a empresa detinha participações nas seguintes subsidiárias:

Empresa Subsidiarias	Sede	Percentagem de participação	
		2021	2020
VB, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	100,00%
Archer & CIA, Lda	Lisboa	26,00%	26,00%

Indiretamente a VB – ACP, SA detém 90% do capital da empresa Archer e Cia, Lda, através da empresa VB SGPS, SA.

6.2 Entidades conjuntamente controladas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a empresa detinha os seguintes interesses em entidades conjuntamente controladas:

Entidades Conjuntamente Controladas	Sede	Percentagem de participação	
		2021	2020
Grupo Villas-Boas, ACE.	Lisboa	67,5%	67,5%

6.3 Transações e saldos com partes relacionadas

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as transações efetuadas com partes relacionadas, são as seguintes:

Transações entre partes relacionadas	Rendimentos com comissões obtidas	Gastos com comissões obtidas	Gastos com comissões cedidas	Forn Serviços Externos
ACP - Mediação de Seguros, S.A	-	-	12 005,11	-
ACP - Automovel Clube Portugal	-	-	-	221,40
Archer & Cia, Lda	-	-	156 155,00	-
Cegrel, SA	49 200,00	-	-	-
CSB - Mediação de Seguros, SA	6 000,00	-	123 432,29	-
Firstagille -Mediação Seguros, Lda	81 000,00	-	187 290,90	-
Inxure, Lda	-	-	-	23 720,30
Iperseg, Lda.	6 000,00	-	973,39	-
JRC, Lda.	-	-	735 516,81	-
Sporting, Lda.	-	-	165 610,77	-
Taginsurance, Lda	-	-	40 082,09	-
TH Broker, Lda	-	-	179,03	-
VB ACP Archer e Camacho, Lda	41 146,09	806,79	-	-
Totais	183 346,09	806,79	1 421 245,39	23 941,70

Os saldos com as entidades relacionadas à data de 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

Saldos com Entidades Relacionadas	Outros Devedores e Credores	Fornecedores conta/corrente	Resultados Atribuídos
Contas a Receber			
ACP - Automovel Clube Portugal			9 000,00
Archer & Cia, Lda	1 682,90		
JRC, Lda.	11 813,99		
Taginsurance, Lda	8 384,40		
VB SGPS, SA.	243 258,26		
Total -	265 139,55	0,00	9 000,00
Contas a Pagar			
Grupo Villas Boas ACE	7 761,71	14 066,73	
JRC, Lda.		183 749,39	
Mais Valia, Lda	2 781,03		
Moragri SGPS, SA	3 768,03		9 000,00
VB ACP Archer e Camacho, SA		27 941,18	
Total -	14 310,77	225 757,30	9 000,00

6.4 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

A Administração executiva de Villas-Boas ACP não auferem remuneração enquanto Membros dos Órgãos Estatutários – MOEs, no entanto mantêm a sua remuneração como Diretores. Quanto aos Administradores não executivos, não auferem qualquer remuneração.

O Fiscal Único tem a sua remuneração enquanto entidade independente através de débito de honorários anual.

7. Ativos intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2021	
	Programas Computador	Total
Ativo Bruto	-	-
Saldo inicial	6 339,64	6 339,64
Saldo Final	6 339,64	6 339,64
Amort acumuladas e perdas por imparidade	-	-
Saldo inicial	6 339,64	6 339,64
Saldo final	6 339,64	6 339,64
Ativos líquidos	-	-

	2020	
	Programas Computador	Total
Ativo Bruto		
Saldo inicial	6 339,64	6 339,64
Saldo Final	6 339,64	6 339,64
Amort acumuladas e perdas por imparidade	-	-
Saldo inicial	5 755,10	5 755,10
Amortizações do exercício	584,54	584,54
Saldo final	6 339,64	6 339,64
Ativos líquidos	-	-

8. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2021				Total
	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos de Transporte	Equipamentos Administrativo	
Ativos					
Saldo inicial	11 796,85	34 510,90	122 580,00	278 918,64	447 806,39
Aquisições			54 316,58	2 722,95	57 039,53
Saldo Final	11 796,85	34 510,90	176 896,58	281 641,59	504 845,92
Amort acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	11 796,85	34 510,90	65 810,00	234 340,40	346 458,15
Depreciações do exercício		-	42 899,15	3 125,90	46 025,05
Saldo Final	11 796,85	34 510,90	108 709,15	237 466,30	392 483,20
Ativos líquidos	-	-	68 187,43	44 175,29	112 362,72

	2020				Total
	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos de Transporte	Equipamentos Administrativo	
Ativos					
Saldo inicial	11 796,85	34 510,90	91 486,14	278 918,64	416 712,53
Aquisições			54 900,00		54 900,00
Transferências e Abates	-		(23 806,14)		(23 806,14)
Saldo Final	11 796,85	34 510,90	122 580,00	278 918,64	447 806,39
Amort acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	11 796,85	34 510,90	60 296,14	231 030,73	337 634,62
Depreciações do exercício		-	29 320,00	3 309,67	32 629,67
Transferências e Abates			(23 806,14)		(23 806,14)
Saldo Final	11 796,85	34 510,90	65 810,00	234 340,40	346 458,15
Ativos Líquidos	-	-	56 770,00	44 578,24	101 348,24

9. Imparidade de ativos

Não existiram perdas/reversões de imparidade registadas no período findo em 31 de dezembro de 2021

10. Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2021, o montante incluído na rubrica de participações financeiras ajustadas através do método de equivalência patrimonial são os seguintes:

	31/12/2021							
	Sede	% detida	Capital próprio	Resultado Líquido	Quantia escriturada	Proporção no resultado	Valor de Aquisição	Ajustamentos (MEP)
Subsidiárias:								
VB SGPS, SA	Lisboa	100,00%	9 428 815,29	608 321,87	8 859 875,97	608 321,87	2 500 000,00	608 321,87
Archer & Cia, Lda	Lisboa	26,00%	517 800,07	116 665,16	104 295,09	30 332,94	13 000,00	30 332,94
			9 946 615,36	724 987,03	8 964 171,06	638 654,81	2 513 000,00	638 654,81

Outros Investimentos financeiros

A rubrica de Outros investimentos financeiros apresenta em 31 de dezembro 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Outros Investimentos Financeiros	2021	2020
Fundos de Compensação do Trabalho	5 914,95	5 233,74
Iberis Blueteck Fund, FCR, EuVeca	99 903,87	95 864,55
Juno, FCR	250 000,00	-
	355 818,82	101 098,29

A empresa subscreveu no ano de 2018 o fundo de capital de risco denominado Iberis Blueteck Fund, FCR, EuVeca subscrito em 99 unidades de participação pelo montante de 100.485,00

No ano de 2021 subscreveu o fundo de capital de risco denominado Juno, FCR subscrito em 250 unidades de participação pelo montante de 250.000,00.

11. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas.

A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Assim, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são reconhecidos os valores, a título de prestações de serviços, conforme quadro seguinte:

<u>Rédito reconhecido no período findo em</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prestações de Serviços	9 500 375,83	9 342 125,53
	<u>9 500 375,83</u>	<u>9 342 125,53</u>

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a sociedade por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

Assim, a rubrica de Subsídios à exploração apresenta em 31 de dezembro 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

2021

Subsídios à Exploração	Montante total atribuído	Montante recebido	Total
Atribuídos pelo Estado - Segurança Social	1 219,90	1 219,90	1 219,90
Atribuídos pelo Estado - IEFP	15 254,58	15 254,58	15 254,58
Total	16 474,48	16 474,48	16 474,48

2020

Subsídios à Exploração	Montante total atribuído	Montante recebido	Total
Atribuídos pelo Estado - Segurança Social	1 136,87	1 136,87	1 136,87
Total	1 136,87	1 136,87	1 136,87

13. Acontecimentos após a data do balanço

À data da conclusão deste relatório ocorreram fatos significativos merecedores de destaque, que não distorcendo as demonstrações financeiras apresentadas, merecem ser evidenciados.

Covid-19

Entendemos ser importante manter a referência às consequências futuras provocadas pelo “Coronavírus – Covid19”.

A pandemia mundial provocada pelo “Coronavírus”, que teve o seu início no final do ano de 2019, na China e que se propagou nos primeiros meses de 2020, de uma forma geral ao mundo inteiro, além dos danos irreparáveis em vidas humanas, trouxe consequências inestimáveis à economia mundial que recupera lentamente.

Conflito armado na Ucrânia

Apesar de ainda não ser possível antever, a esta data, o impacto efetivo do conflito armado que se iniciou em território ucraniano a 24 de fevereiro de 2022, entre a Rússia e a Ucrânia, é provável que o mesmo venha a ter repercussões sobre a atividade da Sociedade, designadamente face ao agravar do contexto macroeconómico que esta situação tem vindo a provocar, através de um forte aumento do preço de um conjunto de matérias-primas a nível global e dos eventuais impactos no crescimento económico mundial e, em particular, na Europa. A Sociedade está ativamente a monitorizar esta situação e, apesar da imprevisibilidade da mesma a esta data, consideramos que não impacta as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O ano de 2022 poderá ficar marcado por um decréscimo nos rendimentos e nos resultados da empresa, em consequência do abrandamento de toda a economia.

14. Impostos sobre o rendimento (“IRC”)

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre lucros em sede de *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC* à taxa normal de 21%, sendo a derrama fixada à taxa de 1,5% do lucro tributável.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhado conforme se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado antes de impostos	1 879 032,76	1 902 201,62
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	<u>394 596,88</u>	<u>399 462,34</u>
Diferenças permanentes		
Variações patrimoniais	259 657,06	65 551,85
Benefícios fiscais	-13 662,15	-12 717,89
Outros não aceites	5 507,37	8 104,80
Multas, coimas e juros fiscais	4 700,81	
Equivalência patrimonial	-638 654,81	-856 046,97
Excesso estimativa para imposto	-26 606,52	-
Depreciações não aceites como gasto fiscal	22 901,65	9 322,56
Eliminação dupla tributação	-	-156 240,00
Ajustamentos à colecta - Tributação autónoma	26 033,62	29 647,52
Ajustamentos à colecta - derrama estadual	22 393,14	14 402,64
Imposto Corrente	<u>361 930,76</u>	<u>245 687,11</u>
Taxa efectiva de imposto	19,3%	12,9%
Imposto Corrente	361 930,76	245 687,11
Benefícios Fiscais - Crédito Fiscal ao Investimento	-206 250,00	-
Imposto sobre o rendimento do período	<u>155 680,76</u>	<u>245 687,11</u>

No exercício de 2021 a empresa beneficiou de um incentivo fiscal à I&D empresarial, consagrado no Código Fiscal ao Investimento, designadamente no SIFIDE II através da contribuição para um fundo de investimento Juno, FCR, conforme descrito na nota 10.

O valor do benefício fiscal foi de 206.250,00 que se traduziu numa dedução à coleta do IRC conforme previsto no artigo 38º do CFI.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2017 a 2021 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

15. Ativos ao Justo Valor

Na rubrica de “Outros ativos e passivos financeiros”, os ativos estão valorizados ao Justo Valor, tendo sido efetuados os respetivos ajustamentos conforme quadro abaixo:

Ganhos por aumentos de justo valor	2021	2020
Banco Carregosa - Iberis Bluetech Fund, FCR	4 039,32	1 140,79
Banco Invest - Pictet TR Atlas P	-	789,55
Banco Invest - USB Strategy Fund Balanced	-	437,15
	4 039,32	2 367,49

16. Instrumentos financeiros

Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhadas conforme se segue:

Ativos Financeiros	2021	2020
Estado e outros entes públicos	11 942,20	-
Outros créditos a receber	1 857 548,47	1 397 707,77
Diferimentos	61 213,57	41 724,74
Outros ativos financeiros	526 283,80	418 219,29
Caixa e depósitos bancários	3 754 616,12	3 735 227,15
	<u>6 211 604,16</u>	<u>5 592 878,95</u>

Passivos Financeiros	2021	2020
Fornecedores	402 330,24	747 754,18
Estado e Outros Entes públicos	37 217,00	72 597,50
Outras dividas a pagar	5 685 636,71	4 666 526,30
	<u>6 125 183,95</u>	<u>5 486 877,98</u>

Clientes

Na rubrica de "Clientes" são registadas, por regra, as comissões das companhias de seguros no momento da efetivação da prestação de contas.

A relação com clientes não apresenta em 31 de dezembro de 2021 e 2020 qualquer decomposição.

Fornecedores

A Empresa não considera atualmente nesta rubrica os movimentos com as empresas de seguros.

Assim, a relação com fornecedores apresenta em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Fornecedores	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fornecedores Gerais		402 330,24		747 754,18
	-	402 330,24	-	747 754,18

Outros créditos a receber / Outras dívidas a pagar

A rubrica de outros créditos a receber e outras dívidas a pagar apresenta em 31 de dezembro 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Outros créditos a receber/dividas a pagar	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Devedores por acréscimo de rendimento	440,72		2 197,82	
Credores por acréscimo de gastos		3 011 668,40		2 928 417,25
Outros devedores				
- Seguradoras	1 366 299,19		417 266,35	
- Outros	470 230,75		958 171,25	
Outros credores				
- Seguradoras		2 130 089,38		1 288 380,75
- Outros		543 878,93		449 728,30
Fornecedores (saldos devedores)	20 577,81		20 072,35	
	<u>1 857 548,47</u>	<u>5 685 636,71</u>	<u>1 397 707,77</u>	<u>4 666 526,30</u>

Instrumentos de Capital Próprio

O Capital Social à data de Balanço é decomposto da seguinte forma:

Acionista	Número de Ações	Valor Nominal	Capital Social	Percentagem Capital Detido	Capital Realizado
Moragri, SGPS, SA.	201 000	1,00 €	201 000,00 €	67,00%	201 000,00 €
ACP Automovel Club Portugal	99 000	1,00 €	99 000,00 €	33,00%	99 000,00 €
TOTAL	300 000		300 000,00 €	100,00%	300 000,00 €

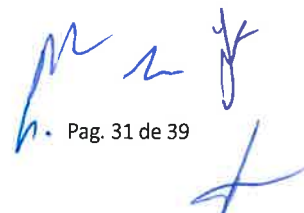
Cada ação tem o valor nominal de € 1,00.

Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral, sendo que a cada ação detida corresponde um voto.

De referir ainda

A empresa tem constituída reservas legais no valor de 60.000,00 euros de acordo com a legislação aplicável.

O resultado por ação do ano de 2021 é de 5,74 euros e corresponde ao quociente entre o resultado líquido do período e o número de ações emitidas.


 h. Pag. 31 de 39

Resultado por Ação	2021	2020
Resultado Líquido Exercício	1 723 352,00	1 656 514,51
Número de ações	300 000,00	300 000,00
Resultado por ação básico	5,74	5,52

No que diz respeito ao resultado do exercício de 2020 no montante 1.656.514,51 euros, e em conformidade com ata de assembleia geral de 08 de julho de 2021 foi efetuada a respetiva aplicação da seguinte forma:

Aplicação do resultado do exercício	2020
Resultado Líquido Exercício	1 656 514,51
Reservas livres	3,0% 50 467,54
Ajustamento em ativos financeiros	51,7% 856 046,97
Distribuição de dividendos	45,3% 750 000,00

17. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal, reconhecidos nas demonstrações financeiras, em 2021 e 2020, são decompostos da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	2021	2020
Remunerações do pessoal	964 088,83	979 434,67
Indemnizações	1 470,14	96 152,59
Encargos sobre remunerações	225 656,64	220 594,60
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	109 595,40	108 988,82
Gastos de ação social	11 418,40	1 123,40
Gastos com formações profissionais	1 991,40	1 200,00
Outros	28 708,20	9 671,48
	1 342 929,01	1 417 165,56

O número médio de empregados durante o ano de 2021 foi de 41 colaboradores.

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

19. Outras Informações consideradas relevantes

19.1 Estado e Outros Entes Públicos

No final do período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos, apresentavam a seguinte composição:

Estado e Outros Entes Públicos	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
IRC a Pagar				1 415,23
IRC a Receber	9 442,20			
Retenções Imposto sobre o rendimento	2 500,00	13 240,88		17 690,39
Contribuições para a Segurança Social		23 976,12		53 491,88
	<u>11 942,20</u>	<u>37 217,00</u>	<u>-</u>	<u>72 597,50</u>

19.2 Diferimentos

A rubrica de diferimentos inclui o montante de 60.744,76 euros relativo a seguros próprios cujo pagamento ocorreu em 2021, mas o gasto correspondente refere-se a 2022.

Diferimentos	2021	2020
Ativos:		
Gastos a reconhecer		
Seguros	60 744,76	41 255,93
Outros gastos diferidos	468,81	468,81
	<u>61 213,57</u>	<u>41 724,74</u>

19.3 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos relativamente ao ano de 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:

<u>Fornecimentos e Serviços Externos</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços especializados	6 249 020,53	6 236 458,74
Materiais	5 587,35	9 555,10
Energia e fluídos	22 105,12	23 013,40
Deslocações, estadas e transportes	9 164,59	27 264,57
Serviços diversos	476 067,33	518 438,72
	<u>6 761 944,92</u>	<u>6 814 730,53</u>

A empresa suportou no ano de 2021 o valor de 12.669,00 €, relacionados com Auditoria/ROC – Revisor Oficial de Contas.

19.4 Outros Rendimentos e Gastos

A decomposição das rubricas de Outros gastos e de Outros rendimentos no final do ano de 2021 e 2020 é descrita conforme se segue:

<u>Outros rendimentos</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	6 435,91	21,98
Rendimentos em investimentos não financeiros	2 523,95	-
Juros obtidos	1 735,76	3 315,25
Outros	26 772,49	120 366,96
	<u>37 468,11</u>	<u>123 704,19</u>

<u>Outros gastos</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos	-	-
Imposto de Selo	126 575,47	118 531,35
Imposto s/ veiculos	1 003,41	1 002,70
Taxas	3 500,00	7 043,08
Dívidas incobráveis	-	53,52
Juros Suportados	126,92	-
Outros	35 875,01	31 438,48
	<u>167 080,81</u>	<u>158 069,13</u>

19.5 Depreciações e Amortizações

O detalhe da rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme se segue:

Depreciações e amortizações	2021	2020
Ativos fixos tangíveis	46 025,05	32 629,67
Ativos intangíveis	-	584,54
	46 025,05	33 214,21

20. Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros

De acordo com a Norma Regulamentar nº 13/2020-R de 30 de dezembro da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, os corretores de seguros, os mediadores de resseguros e os agentes de seguros e mediadores de seguros a título acessório que auferirem remunerações anuais de montante igual ou superior a um milhão de euros, terão que cumprir as obrigações que dela constam, nomeadamente o artigo 51º:

20.1 Informação respeitante à atividade de distribuição de seguros ou de resseguros:

- a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

A Empresa reconhece o rédito de acordo com as normas em vigor, por regra, aquando da efetivação da prestação de contas às empresas de seguros.

- b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo.

Por Natureza	Remunerações	
	2021	2020
Numerário	9 500 375,83	9 342 125,53
Espécie	-	-
Total	9 500 375,83	9 342 125,53

Por Tipo	Remunerações	
	2021	2020
Comissões	9 500 375,83	9 342 125,53
Honorários	-	-
Outras remunerações	-	-
Total	9 500 375,83	9 342 125,53

c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguros desagregados por Ramo “Vida”, “Não Vida” e “Fundos de Pensões” e por origem.

Por Entidade (origem)	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramo Não Vida		Fundos de Pensões	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Empresas de seguros	171 827,29	166 642,85	8 768 313,21	8 570 432,05		
Outros Mediadores	1 273,92	426,66	540 961,41	586 623,97		
Outras Entidades			18 000,00	18 000,00		
Total	173 101,21	167 069,51	9 327 274,62	9 175 056,02	0,00	0,00

d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira.

Por entidade (origem)	Remunerações (%)	
	2021	2020
Empresas de seguros		
Fidelidade Seguros SA	40,95%	45,56%
Outros Mediadores		
Clientes (Outros)		
Total	40,95%	45,56%

e) Valores das contas "clientes" no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros.

Contas "Clientes"	Valores das contas "Clientes"	
	2021	2020
Início exercício	1 634 934,67	1 425 707,10
Final Exercício	1 456 010,88	1 634 934,67
Volume movimentado no exercício		
A Débito	63 181 437,37	63 540 397,42
A Crédito	63 360 361,16	63 331 169,85
Total	1 456 010,88	1 634 934,67

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem (tomadores de seguros, empresas de seguros, outros mediadores e clientes)

Por Entidade (origem)	Saldo contabilístico no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2021	2020	2021	2020
Tomadores de seguros, segurados ou beneficiários	33 683,13	33 472,69	325 561,30	225 715,57
Empresas de seguros	1 366 299,19	417 266,35	2 130 089,38	1 288 380,75
Empresas de resseguros	-	-	-	-
Outros mediadores	171 716,86	662 520,03	204 912,16	202 681,64
Clientes (Outros)	-	-	-	-
Total	1 571 699,18	1 113 259,07	2 660 562,84	1 716 777,96

g) Indicação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar segregados por natureza:

Saldo contabilístico no final do exercício

Por natureza	Contas a receber		Contas a pagar	
	2021	2020	2021	2020
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	15 588,11	27 697,51	2 227 495,40	1 284 032,06
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro				
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiário				
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar				
Outras quantias	1 556 111,07	1 085 561,56	433 067,44	432 745,90
Total	1 571 699,18	1 113 259,07	2 660 562,84	1 716 777,96

h) Idade das contas a receber vencidas à data de 31 de dezembro de 2021

Contas a Receber	Até 30 dias	De 30 a 60 dias	Mais de 60 dias	Total
Sem Imparidade	1 308 543,63	5 287,68	257 867,87	1 571 699,18
Com imparidade	-	-	-	-
Total	1 308 543,63	5 287,68	257 867,87	1 571 699,18

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável

j) Transmissão de carteiras de seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não adquiriu qualquer carteira de seguros

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não cessou quaisquer contratos com empresas de seguros

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável

m) Indicação das quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas ao corretor de seguros em relação ao total das remunerações auferidas pela sua carteira, seja mais elevada

Empresas de Seguros	Remunerações							
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Fundos de Pensões	Percentagem (%)	
	2021			2020			2021	2020
Fidelidade Seguros SA	19 226,01	3 870 858,74		4 256 343,21			40,95%	45,56%
Generali	28 017,22	2 020 541,25		1 659 474,80			21,56%	17,76%
Allianz Portugal	1 757,17	435 323,60		528 154,11			4,60%	5,65%
Zurich Insurance plc				361 048,10				3,86%
Una Seguros		408 042,88					4,30%	

n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Enquanto corretor de seguros, a Empresa tem poderes de cobrança junto de todas as empresas de seguros

o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança

Não aplicável

p) Valor total de fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para empresas de seguros cedentes que hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas

Não aplicável

O Contabilista Certificado

Franco Noqueira

A Administração

Jaime do Valle
Am. J. L.
A. P.
D. S.
J.

